



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 44ª  
(QUADRAGÉSIMA QUARTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA  
DISCUTIR QUESTÕES RELACIONADAS À DEFESA DO PATRIMÔNIO  
PÚBLICO,  
DE 23 DE MAIO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Dr. Michel para secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 43ª Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.273, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de hoje, dia 23 de maio de 2013, quinta-feira, fica transformada em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2

comissão geral para discutir questões relacionadas à defesa do patrimônio público.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE – A presente comissão geral, a requerimento deste Parlamentar, Deputado Chico Vigilante, destina-se a debater questões relacionadas à defesa do patrimônio público.

Suspendo a comissão geral por vinte minutos para que os convidados possam adentrar no plenário. Após esse prazo iniciaremos a nossa comissão geral.

Peço ao Cerimonial que faça adentrar no plenário os convidados e as pessoas que virão assistir à comissão geral.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h07min, a sessão é reaberta às 15h38min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a sessão.

Dou as boas-vindas a todos os presentes a esta comissão geral, destinada a discutir questões relacionadas à defesa do patrimônio público.

Convido a tomar assento à Mesa o Presidente do Banco de Brasília – BRB, Sr. Paulo Roberto Evangelista de Lima; o Diretor-Geral da Companhia Energética de Brasília – CEB, Engenheiro Rubem Fonseca Filho; a Diretora de Administração da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, Sra. Simone Miguel da Silveira, representando a Sra. Ivelise Longhi, Presidente do Metrô/DF; o Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, Franciso Hélio de Barros, que aqui representa o Sr. Rodrigo Lopes Britto, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal – CUT/DF; o Diretor da Secretaria de Política Externa do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas – STIU/DF, Jeová Pereira de Oliveira.

Registro a presença do Vice-Presidente da nossa Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Agaciel Maia, e do Deputado Raad Massouh. Muito obrigado, seja bem-vindos.

O sentido desse ato é discutirmos a importância da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 52, de 2013, e sabermos qual é a opinião das empresas e dos trabalhadores com relação a ela. Na verdade, essa foi uma sugestão dos trabalhadores da CEB – Companhia Energética de Brasília, mas ela alcança todos os trabalhadores de empresas estatais do Distrito Federal.

Justiça seja feita. O Jeová me procurou há um bom tempo com essa ideia de introduzirmos na Lei Orgânica do Distrito Federal um dispositivo que existe na Constituição de Minas Gerais desde quando ainda era Governador de Minas Gerais o Sr. Itamar Franco. É por isso que a CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais não foi privatizada, porque, a privatização de empresas do Estado de Minas Gerais, além de depender da autorização legislativa, depende também de uma consulta à população mineira. Este mesmo instrumento foi colocado na Constituição



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3

estadual do Rio Grande de Sul para preservar o BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Aqui nós estamos introduzindo ao art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal dois parágrafos, que são os parágrafos 9º e 10.

O conteúdo da emenda à Lei Orgânica é o seguinte:

“Art. 1º O inciso XVIII do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar com a seguinte redação: a criação, transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização ou extinção de sociedades de economia mista, autarquias, fundações e empresas públicas depende de lei específica, bem como a alienação de ações que garantam o controle direto ou indireto de empresas públicas e sociedades de economia mista pelo Distrito Federal;

Art. 2º O art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes §§ 9º e 10:

§ 9º A desestatização de empresa pública e sociedade de economia mista, autorizada nos termos desse artigo, dependerá de manifestação favorável da população, sob a forma de referendo.

§ 10. A lei que autorizar a alienação de ações de empresas públicas e sociedade de economia mista estabelecerá as exigências de cumprimento, pelo adquirente, de metas de qualidade do serviço e de atendimento dos objetivos sociais inspiradores da constituição da entidade.”

Nós não estamos proibindo que alguém compre ação da CEB. Muitas vezes, pegando assim, podem pensar “o Chico está querendo que, daqui para frente, deixe do jeito que está e não mexe mais”. Não. Vai continuar, Rubem. Se quiserem vender ação da CEB, vão vender, só que antes tem que vir uma proposta do governo dizendo que, com aquela alienação, a qualidade do serviço vai melhorar e não piorar. O que a gente tem visto é que eles adquirem as ações, visam única e exclusivamente ao lucro e fica um péssimo serviço a ser prestado aqui para a população.

Se quiser vender na sua integralidade, ou seja, se quiser transferir, estamos sendo um pouco mais fortes, estamos colocando o seguinte: vão desestatizar o Metrô? Ok. Vamos consultar a população para ver se ela quer. Portanto, vamos fazer um referendo. Dentro das normas existentes, a população, depois de um amplo debate, vai dizer se ela quer o Metrô estatal ou se quer o Metrô privado.

A mesma coisa com o BRB. Quer entregar o BRB? Eu participei da luta direta para que o BRB não fosse transferido para o Banco do Brasil. O Bradesco também o queria. Não se assegurava nada em relação à prestação de serviço, não diziam se as agências iam continuar funcionando, não era dada nenhuma garantia aos servidores quanto à continuidade deles ou não. Simplesmente, passava-se o controle acionário do BRB para o Banco do Brasil ou para o Bradesco. Na época falava-se que o Distrito Federal ficaria com 800 milhões. Receberia 800 milhões e perderia um banco.

Nós estamos vendo hoje, só para dar um exemplo: o Banco de Brasília não é só um banco, Dr. Paulo Roberto, ele é um conglomerado de empresas que vão no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

sentido de alavancar o desenvolvimento do Distrito Federal. Portanto, ele não é um banco que visa ao lucro. Ele tem que ter lucro porque não é uma instituição de caridade, mas o sentido dele não é só o lucro. Ele tem um papel muito mais importante a desenvolver para a população do Distrito Federal, inclusive chegando, muitas vezes, em locais que outros não chegam. Vejo agora mesmo esse belíssimo trabalho que está sendo desenvolvido pelo Banco de Brasília, que é o cartão de material escolar. Pequenas papelarias foram credenciadas, e o banco gerencia. Coloca isso para os alunos. A pessoa que utiliza o cartão, passa o cartão, adquire o material, e o banco paga. Portanto, isso é de um alcance social extraordinário.

A questão da CEB. Eu falo aqui na justificativa, Rubem, que vocês pegaram uma empresa sucateada, quebrada. Esta era a velha tática dos neoliberais: sucateia, depois de sucateada, entrega. Fizeram isso, por exemplo, com a Companhia de Eletricidade do Maranhão, a CEMAR. Eu sou maranhense. Acabaram com a Cemar, depois passaram por 1 real. Hoje estão dizendo que a Cemar é uma grande empresa, muito boa. Também, vendida por 1 real, até eu comprava. Talvez ela estivesse hoje melhor, até porque, se eu tivesse comprado, levaria o Rubem para administrar. A mesma coisa foi feita com a Companhia de Eletricidade do Estado do Pará. O Deputado Agaciel Maia me dizia há pouco que fizeram a mesma coisa com as companhias de saneamento e de eletricidade do Rio Grande do Norte. Fico imaginando se a Caesb ou se a CEB fossem privadas, duvido que a população do Sol Nascente e do Pôr do Sol tivessem energia hoje. Porque você sabe que lá não dá lucro. Na verdade, vocês estão fazendo um trabalho de levar dignidade, de levar cidadania àquelas pessoas.

Então, o sentido dessa alteração na Lei Orgânica é exatamente esse.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Paulo Roberto Evangelista de Lima. Em seguida, vamos ouvir o Rubem, o Deputado Agaciel Maia; depois ouço mais um da Mesa e o Deputado Raad Massouh. Eu quero ir intercalando.

SR. PAULO ROBERTO EVANGELISTA DE LIMA – Muito obrigado. Boa tarde a todos e a todas, é um prazer estar nesta nobre Casa novamente, principalmente acompanhado por você, Chico Vigilante, e pelo Rubem Fonseca, nosso colega da CEB; pela Simone Miguel da Silveira, que aqui está representando a nossa querida Ivelise; pelo Diretor-Executivo Francisco Hélio, que aqui está representando o Presidente da Central Única dos Trabalhadores; pelo Jeová, Diretor da Secretaria de Política Externa; pela Deputada Arlete, que acabou de chegar – boa tarde, Deputada –; pelo Deputado Raad; pelo Deputado Agaciel; pelos colegas do BRB aqui presentes; e pelo meu amigo Chico Vigilante;

Senhoras e senhores, vim aqui para falar um pouco sobre a importância da empresa pública no contexto da economia do mundo atual que a gente viveu aí, principalmente, depois que tivemos lá o problema... A partir da crise de 2008, a gente pôde perceber, nos países onde se tem empresas públicas bem geridas, com boa governança, com atuação forte dos controladores, a força que isso traduziu. Esses países enfrentaram, de uma maneira bem mais amena e suave, a crise que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5

ainda perdura. A gente não sabe até aonde ela vai, mas os países que têm essas empresas estão naturalmente se saindo melhor neste cenário que nós estamos vivendo nos últimos anos. E um caso particular é o caso aqui do Brasil.

Quero deixar bem claro que, quando houve a crise nas empresas privadas, principalmente nas empresas do setor financeiro, todo mundo deu uma retraída nos seus investimentos, segurou, não ampliou os seus negócios. Na época, o Presidente Lula – eu era diretor do Banco do Brasil – chamou a equipe do banco, chamou a equipe da Caixa Econômica Federal, dos bancos públicos, do Basa, do Banco do Nordeste e falou: “Olha, nós temos de construir uma solução para poder enfrentar a crise e precisamos da atuação forte das instituições financeiras públicas”. Aí foi a diferença do Brasil.

Naquele momento, todo mundo retraiu. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES, o Basa, o BNB – Banco do Nordeste, reduziram imediatamente. Começaram um processo de redução de taxas de juros e de ampliação significativa do crédito, principalmente o crédito numa primeira versão para o consumo, para assegurar que as empresas nacionais e as empresas brasileiras continuassem girando, fazendo com que a máquina não parasse.

Num segundo momento, participei de vários eventos, com vários empresários. Fizemos uma corrida, Chico, Agaciél, Raad e Deputada Arlete e demais colegas aqui da Mesa, senhoras e senhores, nós fizemos uma corrida pelo Brasil, reunimo-nos com os empresários que obviamente tiveram os seus créditos diminuídos nos bancos particulares e fomos lá para dizer: “Não, traz aqui o seu negócio, mostre a estratégia para nós, e vamos fazer grandes parcerias”. Isso seguramente ajudou naquela virada e vem contribuindo até hoje, basta ver os exemplos que estão citando aí, os que eu citei, e outros exemplos muito fortes que há.

O Chico citou aqui a questão da energia. Estávamos conversando ali antes com o Rubem sobre a questão da eficiência energética.

Eu fui conselheiro da Celesc, que também é uma empresa pública, tem o capital aberto, óbvio. O capital privado é importante junto, mas não no controle total. Ele é importante junto porque traz alternativas diferentes, mas o Estado no controle é outra condição. Lá na Celesc, como o exemplo que você deu aqui, nós também – eu era conselheiro na época – estimulamos muito essa questão, porque, quando você está trocando a geladeira, além de reduzir a conta, você está favorecendo a indústria fabricante de geladeiras. Quando você está trocando a lâmpada, você está favorecendo também a cadeia, porque tem a produção da lâmpada, tem a produção do vidro, tem a produção do material. Então, você garante na cadeia essa sustentabilidade do sistema. Isso foi muito importante.

Vejo, Chico, a decisão do Governador Agnelo, ao assumir o compromisso, mesmo antes da eleição – mesmo antes da eleição. Há um documento lá no banco chamado Os Treze Pontos do Agnelo Junto aos Colegas do BRB e ao Sindicato. Em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6

um dos pontos, ele assegura o fortalecimento claro da instituição BRB. Para quê? Para que o BRB possa continuar sendo um banco público, obviamente, com o controle do Estado, mas com políticas públicas voltadas para negócios que vão, no geral, fortalecer todos os negócios da economia. Aí entra também o setor privado, que é muito importante em qualquer economia, mas as empresas públicas têm esse papel.

Então, o BRB está, senhoras e senhores, inserido nesse contexto de ser um banco competitivo, com taxas competitivas, com negócios competitivos, com ampliação de rede, com fortalecimento de sua base de clientes. Vamos avançar para outros estados, sim. Estamos avançando. Estamos fazendo uma boa parceria com o Mato Grosso nesse momento. Estamos fazendo um trabalho muito bom em algumas empresas do Rio de Janeiro. Aí volto a dizer da importância de haver empresas que se preocupam com a geração de negócios.

Houve um caso emblemático recentemente. Eu não posso citar o nome da empresa, obviamente, por questões de sigilo bancário. Mas uma grande empresa parceira da Petrobras estava com alguma dificuldade para conseguir créditos com recebíveis da Petrobras, lá no Rio de Janeiro. Nós, um banco público aqui do Distrito Federal que olha também para o Brasil como um todo, fomos lá, examinamos a empresa. Fomos para dentro da empresa, conhecemos e conversamos com os administradores. Eu passei um dia dentro da empresa conversando com os funcionários, porque assim eu iria sentir exatamente a direção. Não estava falando só com a execução, só com os executivos da empresa. Falei com um funcionário que trabalha há 35 anos na companhia, e ele me mostrou a companhia, o estoque da companhia, o trabalho que ela tem. Aí eu falei: "olha, é hora de nós entrarmos nessa cadeia, porque o risco está significativamente minimizado – essa é uma empresa que gera emprego, que gera renda e que está contribuindo efetivamente com o desenvolvimento nacional. Então, o BRB está neste contexto".

Nesses dias, eu estive na Estrutural. Lá na Estrutural, nós não temos agência, nós temos correspondentes bancários – um do BRB, outro da Caixa Econômica Federal. Nós vamos levar uma agência do BRB para lá. Dificilmente um banco que não tivesse essa característica de banco público chegaria primeiro lá e colocaria sua bandeira na Estrutural. Depois que nós formos lá – ou, fazendo uma paródia, depois que nós estruturarmos a Estrutural –, seguramente eles chegarão, mas chegarão depois de nós, não é, Chico?

Então, essa é a importância de termos um banco público. Obviamente, eu volto a dizer, é importante nós pensarmos também de que forma podemos, Chico, trabalhar as parcerias junto ao setor privado, mas, obviamente, nunca perdendo o controle, porque, se você perder o controle, você perde a grande razão de, no momento em que precisa, atuar como um banco que vai induzir mais rápido o desenvolvimento. Então, essa é uma posição superimportante. Eu queria parabenizar o Chico por abrir esta discussão, por estar nesta Casa trazendo este debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7

Coloco o BRB completamente à disposição dos senhores. Não quero deixar de fazer um comercial: vamos prestigiar o banco da Casa. O meu tempo está terminando. Vamos continuar prestigiando o banco da Casa, porque esta é a maneira: cada real que você deposita aqui, nós trazemos 9,9 para cá; capital em banco, cada 1 real que você tem de capital, você pode alavancá-lo até 9,9 vezes. Então, cada real que cada brasiliense nos ajudar a gerar no BRB significa que nós vamos estar trazendo mais 9,9.

Sob a proteção de Deus, mais uma vez, vamos pedir para que Ele nos ajude a conduzir os destinos do BRB, do DF, e fazer com que o Brasil seja um país cada vez melhor.

Muito obrigado a todos. Um abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Dr. Paulo Roberto.

Creio que, na próxima semana – a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Agaciel Maia e o Deputado Raad Massouh –, nós vamos dar uma belíssima contribuição para o BRB, por meio de uma lei de minha autoria aprovada nesta Casa e sancionada pelo Governador Agnelo Queiroz, que finalmente foi regulamentada. Ela determina a retenção dos valores das parcelas rescisórias dos trabalhadores terceirizados que prestam serviços ao GDF, todos no Banco de Brasília. São 800 milhões que vão ficar nos cofres do banco como garantia. Isso vai ajudar o BRB no seu capital de giro, e o governo não vai pagar duas vezes.

Concedo a palavra por dez minutos ao nosso amigo, companheiro e excelente executivo, Rubem Fonseca Filho.

SR. RUBEM FONSECA FILHO – Boa tarde a todos e a todas. Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Chico Vigilante, defensor primeiro do serviço público de qualidade.

Quero cumprimentar também o Presidente do Banco de Brasília, Paulo Roberto Evangelista de Lima; a Diretora de Administração da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, Simone Miguel da Silveira; o Diretor Executivo representante da CUT, Francisco Hélio de Barros, aqui à minha direita; o representante do STIU, nosso combativo Jeová, que comanda os trabalhadores da CEB.

A importância do projeto que o Deputado Chico Vigilante está apresentando aqui é trazermos uma discussão que é presente, que é a questão privado-estatal. O que o consumidor quer? O consumidor não quer saber se é estatal ou privado; ele quer bons serviços, com qualidade e eficiência. Ele paga e quer bons serviços. Trabalhando, a gente percebe que hoje essa é uma contradição que não é a questão central.

No epicentro do capitalismo, nos Estados Unidos da América, 50% do setor de energia é estatal e 50% é privado. Isso acontece há muito tempo, e se mantém.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8

Os dois competem, são eficientes, e não vemos nenhuma comunidade querer sair do estatal para o privado, porque lá há um forte movimento dos consumidores. As estatais de lá – segundo o que a gente conversou –, para pintar um prédio, passam pelo consumidor. Não, aqui não se vai colocar poste, não. A pintura, deixa para daqui uns dois anos. Está boa a pintura. Mudar os móveis? Coloca no sistema, na eficiência, na confiabilidade da energia, na qualidade da energia que é distribuída à população. Já na Europa, a maioria é estatal. As estatais estão lá há anos e anos, e estão prestando um excelente serviço à população.

Quero cumprimentar a Deputada Arlete Sampaio e os Deputados Raad Massouh e Agaciel Maia.

Recentemente aqui no Brasil, com a medida provisória da Presidente Dilma, ela fez uma intervenção em oito empresas distribuidoras de energia e de transporte no Brasil. As oito privadas. Você citou a Celpa. Foi feita uma intervenção federal, estão lá fazendo uma privatização. No Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estão todas sob intervenção federal. Por quê? Porque prestam péssimo serviço à população. O Poder teve que ir lá fazer uma intervenção para que a população, os consumidores, fossem defendidos.

Eu quero registrar que, lá em 1995, o PT elegeu dois governadores no Brasil: Vitor Buaiz, no Espírito Santo, e Cristovam Buarque, no Distrito Federal. Eu fui presidente da CEB naquela época, quando nós a recebemos, e ela foi considerada a melhor distribuidora de energia do País. Num Governo do PT do qual todo mundo dizia que não sabia administrar. Eu e a nossa Vice-Governadora fomos juntos a São Paulo receber o prêmio de melhor distribuidora. Eu me lembro de nós levantando o prêmio como se tivéssemos ganhado a Copa.

E vou contar um detalhe aqui rapidamente para os senhores: é que a CEB, Governo PT... Àquela época a revista *Exame* fazia um *ranking* das empresas, e nós fomos o primeiro colocado e seríamos também, nos anos de 1997 e 1998. A revista *Exame*, já sabendo que a CEB seria campeã de novo, retirou o setor de energia do certame. Os senhores peguem uma revista *Exame* e vão ver que, em 1996, a CEB foi a primeira colocada. Chegou 1997, não teve mais energia. Em 1998, também não teve. Voltou depois que a coisa complicou.

Enfim, estou registrando aqui que essa não é a questão, uma estatal pode ser bem administrada e ter o reconhecimento da população. A CEB tinha uma aprovação elevadíssima, 93% da população aprovava o serviço. Aprovação única no Brasil. Nós tínhamos esse índice.

Eu quero dizer o seguinte: hoje a gente voltou, recebeu a CEB com muita tristeza, porque tivemos lá uma empresa que construiu uma estrutura, deixou e construiu subestações, linhas e deixou folgas para o governo que entrou. Aí ele deitou na cama, usou a gordura.

Quando você está num órgão transformador, ele não é só para atender a demanda atual. Ele é previsto para cinco, dez anos. Você faz todos os estudos. Então



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9

nós deixamos uma infraestrutura tão portentosa e tão forte que permitiu que aquela turma queimasse só a gordura, deixou no osso. E é essa a situação em que estamos hoje.

Mas todos os senhores sabem como recebemos a empresa. A CEB antes, até 2010... Hoje estamos com dois anos e meio e, sem arrogância, com muito orgulho, estamos num processo acelerado de recuperação. Com certeza, já no final deste ano de 2013, nós teremos um sistema razoável – a gente tem que ser correto e honesto com a população. Vamos terminar 2014, com certeza, com a maior satisfação de toda população do Distrito Federal.

Para isso nós passamos por um processo vigoroso, nós estamos fazendo os maiores investimentos de toda a história da CEB: 268 milhões de reais nesses dois anos. E vamos investir mais 213 milhões de reais neste ano. Estamos num processo enorme, vigoroso. Estamos afogados em obras. Vamos agora inaugurar três importantes obras. O governador só não inaugurou no dia de hoje por causa das questões do jogo, do estádio, porque há uma preocupação com a segurança que vai ser testada em Brasília. A CEB está lá iluminando os arredores, enfim... E temos a Epia, a subestação de Águas Claras, o Estádio Nacional, a Cidade Digital. É uma quantidade de obras que vai dar uma robustez muito grande para o sistema de Brasília e que vai orgulhá-la.

Por outro lado, quero enfatizar a importância de uma estatal que está em todas as empresas públicas e privadas.

As responsabilidades sociais e as responsabilidades ambientais. Nós da CEB fazemos uma política social, uma política ambiental não para que a imagem da empresa seja favorecida, mas por convicção. Logo que nós entramos, definimos como importante uma ação social vigorosa para uma empresa de energia. Criamos o Programa Cidadania com Energia. É um programa pelo qual vamos às áreas pobres, tiramos as gambiarras e colocamos rede de qualidade. Iluminamos essas localidades. Entramos com o Programa de Eficiência Energética, trocamos todas as lâmpadas incandescentes por lâmpadas eficientes; trocamos todas as geladeiras de alto consumo.

Além disso, junto com a SEDEST – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Distribuição de Renda... Está ali a nossa companheira Edna, começamos juntos esse trabalho quando ela era secretária. Fazíamos o levantamento das pessoas junto ao NIS – Número de Interesse Social. Com isso a gente pode dar um abatimento na tarifa de até 65%. Então, nessa área social, nós temos resultados enormes.

O Chico citou o Sol Nascente. O Sol Nascente é considerado a segunda maior favela do Brasil. Hoje, com a maior convicção, com a ação da CEB no Sol Nascente, não se pode mais chamar o Sol Nascente de favela. Não se pode. As ruas estão iluminadas. Nós tiramos 12.500 casas que tinham gambiarra. Hoje, nós colocamos medidores, iluminação pública. A inadimplência é zero, porque hoje se tem uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10

energia de qualidade, segura, não dá choque, não mata ninguém e, além disso, há o NIS e a eficiência energética, que fazem com que eles paguem uma tarifa bem pequena. Isso é política inteligente, criativa e, ao mesmo tempo, como diz o presidente, nós aliviámos nossas redes, que estavam sobrecarregadas, e as nossas subestações, que funcionavam acima do limite.

Mas a CEB também está no programa “Segurança com Energia”. Já gastamos 4 milhões, a Secretaria de Segurança levantou 253 áreas no Distrito Federal onde há estupros, há assaltos, drogas, prostituição, enfim. Fizeram um mapeamento de locais onde havia forte incidência de crimes e passaram para a gente; eles fotografaram. Foi um trabalho muito bem feito, que teve o Secretário de Segurança junto. Batizamos com o nome de “Segurança com Energia”. A CEB fez projetos para todas essas áreas, e já realizamos 4 milhões do orçamento. Nós estamos resolvendo, neste momento, nesta semana, um aporte de recursos na ordem de 28 milhões, para que possamos, neste ano e no ano que vem, atender todas essas áreas, trazendo segurança e expulsando o crime de Brasília.

Outra situação em que a CEB está na segurança: no social, no trânsito. É que nós percebermos que as lâmpadas dos semáforos, além de altos consumidores – porque são incandescentes –, são inseguras, porque com a incidência do sol, elas confundem o vermelho, o amarelo e o verde do semáforo; com a LED, ela é clara e objetiva. Dá a maior segurança. O resultado da licitação está saindo por essa semana, e vamos trocar todas as LEDs. Além disso, nós doamos para o Detran todas as lâmpadas LED para os semáforos e doamos para o DER e para o Detran o *no break*. Com o *no break*, é como se houvesse uma bateria. Se alguém bater um carro num poste e cair a energia naquele local, o semáforo apaga,. Isso dá um congestionamento no trânsito e um aborrecimento para o cidadão. Com o *nobreak*, pode acontecer qualquer coisa, e o semáforo continuará funcionando. Nós doamos uma quantidade grande para o Detran e grande para o DER. Tudo isso dentro de um programa de segurança no trânsito, segurança com energia, no social.

Também com a Sedest fizemos um trabalho. Arlete, vou dar uma notícia aqui em primeira mão, uma coisa maravilhosa, começado com você lá. Nós, Chico, íamos fazer o programa Cidadania com Energia, e levamos lá a turma da nossa Secretária Arlete. Cadastrava todo mundo. Era a busca ativa por quem tinha direito ao NIS. Com isso começamos a buscar o pessoal pobre, que tem direito ao NIS. Eles não sabem que, se têm o NIS, têm direito à tarifa social. Levantou-se tudo, eles me passaram um disquete com esse cadastramento, que tinha praticamente 300 mil endereços. Fizemos um trabalho enorme, usamos *software*, enfim, hoje, Arlete, acho que o governador ou o Sandro vai puxar minha orelha. Nós colocamos no nosso cadastro 60 mil unidades, quer dizer, são 60 mil residências recebendo tarifa social. Isso representa... Você bota quatro pessoas, um casal e dois filhos, e nós vamos atender quase 240 mil pessoas, que serão beneficiadas com a tarifa social concedida pela CEB. Esse dinheiro, esse recurso de que nós estamos fazendo o cálculo vai dar 1 milhão ao mês, então, 12 milhões ao ano. Esse recurso vai para o comércio, vai para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11

o mercado, vai para a compra do pão, vai à quitanda para a compra de frutas. Esse dinheiro irriga a economia, irriga emprego e tem o benefício direto.

Então, nós estamos no social. No transporte, nós aumentamos a subestação de Águas Claras: pode colocar mil trens lá agora. Pode colocar trem à vontade. Quem está com dificuldade agora é o Metrô, porque, com a energia que a CEB colocou à disposição, pode ter aumento de trens. Nós estamos no transporte. Nós estamos no esporte, iluminando as PECs, os campos de futebol, dando segurança, levando saúde.

Então, a CEB faz isso com convicção porque é uma empresa pública. Ela tem compromisso público, com o público, de atender o povo pobre e trabalhador. Nós temos lado. Esse é o nosso lado. Esse é o lado da empresa pública. Para isso, Deputado Chico Vigilante, esse seu projeto começa, mas ele não termina aí. Ele começa porque você faz a população discutir isso, o que é uma empresa pública, o que é privado, o que é estatal, o que é direito do consumidor. Quem quiser privatizar, tem que explicar muito bem para a população, tem que travar um debate para a população de como deve ser feito isso.

É isto. Deterioraram, destruíram, sucatearam a empresa. Agora vendem a preço de banana. Quem vai ganhar com isso? É o consumidor? Provavelmente eles vão se enrolar, fazer uns investimentos devagarzinho. Nós vamos aguentar uma empresa privada daqui a dez anos prestando um péssimo serviço. Quem colocou 160 milhões agora foi o Estado, que tem sensibilidade pública. Dele, colocou como aporte na CEB.

Porque que eu digo que começa? Porque também nós precisamos blindar a CEB. Nós precisamos de projetos de lei aqui, Srs. Deputados, que blindem a CEB. O que é blindar? É fazer o que a Cemig fez um pouco com o Governo Itamar. É impedir que cheguem uns aventureiros... Nós vamos construir um sistema vigoroso, amplo, folgado; eles vão deitar e deixar sucatear de novo. Vão prestar mau serviço para tentar vender. A empresa não pode ter um efeito sanfona. Uma hora ela está boa, outra hora ela está ruim. A população não aguenta mais isso. Tem que estar lá um representante, ter um presidente da CEB que represente o governo para defender o interesse público, o governo do estado. Mas, tem que haver uma diretoria profissionalizada para manter a coerência do serviço, a competência, a profissionalização. Nós precisamos caminhar para isso e quebrar essa história de que o privado é mais competente que o estatal. Isso é uma balela. Isso é uma conversa fiada. Você vê o povo satisfeito com as nossas estatais: a Copel, no Paraná; a Celesc; a Cemig; a Petrobras, uma das maiores empresas do mundo.

Enfim, eu acredito que o seu trabalho, Chico Vigilante, começa agora e é fundamental. Não vamos só travar batalha, quando algum aventureiro quiser vender alguma empresa estatal. Quando isso acontecer, terá que ser muito bem discutido com a sociedade. Nós todos vamos estar lá. Ao mesmo tempo nos preocupar em avançar na questão da blindagem das empresas estatais para que não sejam usadas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	12

em benefício próprio, locupletação, corrupção, como foi o caso da CEB e de outras empresas públicas aqui no Distrito Federal.

Então, eu quero aqui ressaltar que nós temos embates grandes com nosso sindicato. Eu estou vendo todos os nossos sindicalistas ali combativos, fazendo um enfrentamento, mas estamos juntos nessa situação. Estamos juntos nessa defesa da CEB e estamos juntos na recuperação e na construção de uma CEB estatal, competente e eficiente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado ao nosso companheiro presidente Rubem. Sabendo da presteza com que o Rubem dirige essa empresa e atende às reivindicações, a Dona Terezinha que é presidente da Associação de Moradores do Condomínio Porto Rico aproveitou e já trouxe aqui uns ofícios para entregar para o Rubem daqui a pouco, reivindicando ações lá para a comunidade dela. Então, é a primeira vez que se faz a entrega pública de ofícios. Eu achei muito interessante. Eu achei muito interessante a confiança que ela tem no Rubem, ficou sabendo da audiência e veio entregar para ele.

Durante a fala dos componentes da Mesa, o Cerimonial fará a inscrição daqueles que desejarem fazer o uso da palavra pelo tempo regimental de três minutos. Qualquer pessoa poderá se inscrever para falar após os Deputados e os integrantes da Mesa.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Pessoal, boa tarde. Deputado Chico Vigilante, parabeno-o pela iniciativa; Dr. Rubem, Presidente da CEB, que está fazendo um excelente trabalho de recuperação dessa instituição tão importante para Brasília; Paulo Roberto, a quem tive oportunidade de sabatar na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, um técnico extremamente preparado, competente. O BRB está em boas mãos.

Sabemos muito bem como se dá o modelo de sucateamento das empresas com o objetivo de vendê-las a preço de banana. O BRB e a CEB escaparam por pouco, Deputado Chico Vigilante. Se o Governo Fernando Henrique Cardoso continuasse neoliberal, ia ocorrer o mesmo que ocorreu com a Companhia Siderúrgica Nacional. Um amigo meu que é um dos curadores do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque e milita nessa área me disse: "Agaciel, não entendo como o Brasil entrega uma companhia daquelas, que tinha um lucro anual expressivo, a preço de banana".

O sistema neoliberal tem uma forma simples. Politicamente, eles agem para que não haja repasse orçamentário para as empresas, dificultam o crédito e vão tirando o oxigênio da empresa. Colocam ali diretores que estão comprometidos exatamente em cumprir essa função, e eles vão sucateando. Quando ela já está agonizando, eles a vendem para uma multinacional. O que aconteceu com a Companhia Siderúrgica Nacional foi isso. Eles não conseguiram com o governo nem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13

um centavo para se recuperar, mas depois que ela foi vendida para um particular, eles fizeram financiamento com carência de dez anos para pagar.

Então, o BRB correu um risco sério. Digo isso, porque eu estava lá no Congresso Nacional e acompanhava tudo. Eles estavam ali como na história do tigre com o domador. Eles estavam só esperando um vacilo para poderem privatizar o BRB. Já existiam negociações.

Em relação à CEB, a maioria das companhias de energia elétrica dos estados foi vendida. Agora eu pergunto: em um país que precisa de infraestrutura – nós temos o exemplo da CEB, que vai ao Sol Nascente para trocar geladeira que consome muita energia e onera, pois o cara já é pobre e se consome muita energia cara, pagará ainda mais –, vocês acham que se a CEB fosse uma empresa particular, ela ia trocar geladeira de pobre lá no Sol Nascente? Não ia nunca, gente. Se a CEB fosse privada, ela estaria oferecendo luz, colocando postes e passando fios no bairro de São Gabriel, lá em São Sebastião? Claro que não. Então, em um país que precisa de infraestrutura, vender – a maioria só vem buscar lucro, não faz investimento – suas empresas para multinacionais é, realmente, vender a dignidade do povo.

Quando eu assumi a Presidência da Comissão, Deputado Chico Vigilante, e fui relator desses valores – praticamente quase 500 milhões de reais – e de convênios, quantas vezes o Dr. Rubem ficou ali plantado com sua diretoria esperando que nos reuníssemos extraordinariamente para que corrêssemos com esses créditos de quase 500 milhões. Nesses momentos, eu me sentia bem, porque eu sabia que estávamos dando musculatura e reestruturando uma empresa tão necessária, principalmente para os mais carentes, para os pobres.

Nós sabemos que a iniciativa privada é brilhante para administrar lucros, no que diz respeito a esse processo de infraestrutura. É muito bom. A gente gasta milhões e milhões com a construção de uma hidroelétrica, e, depois que ela está pronta, eles ficam esperando. Quando ela estiver dando lucro, quando não tiver mais custos fixos, quando os custos de construção estiverem quitados, aí eles fazem aquele *lobby* junto ao governo, que a vende. Eles não compram nada que dará prejuízo, pois não são bestas.

Quando eu participei dos projetos de crédito e de convênios que a CEB promoveu, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na maioria das vezes, como relator, eu tinha a satisfação e, às vezes, chegava o pessoal e dizia: “Mas, rapaz, vamos colocar dinheiro nesse negócio? Isso está quebrado. Deixa vender”.

Nós sabemos da competência do Dr. Rubens, confiamos nele e ele já está mostrando os resultados. É lógico que um sucateamento que ocorreu durante tanto tempo não se resolve num estalar de dedos ou num toque de varinha de condão. Não se consegue transformar do dia para a noite todo o processo de desconstrução que uma empresa vem sofrendo, seja de tecnologia, de geração, de distribuição de energia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14

Eu quero parabenizar o senhor pelo belo trabalho que fez no passado e que está fazendo novamente na CEB para a dignidade de todos nós, brasilienses.

Quero aproveitar também para parabenizar o Presidente do BRB pelo trabalho que está fazendo. Vendeu-se a imagem de que banco público era banco que só dava prejuízo e que bom mesmo era vender para qualquer banco multinacional desses, e vender por preço que não pagava nem os imóveis da agência. Se a maioria dos bancos estaduais que foram vendidos vendesse os prédios que esses bancos tinham, o valor daria para pagar duas vezes o que o sujeito pagou pela compra. O mais impressionante, Deputada Arlete Sampaio – V.Exa. conhece muito bem isso –, Deputado Chico Vigilante, é que havia muitas dificuldades para gerar financiamento junto a organismos do governo, como o BNDES, ou para gerar outros créditos, até mesmo com organismos internacionais. Era muito difícil. Não se conseguia, mas quando passou para a iniciativa privada, tudo foi conseguido. Conseguiram até carência.

Eu fui diretor da gráfica do Senado e vivíamos adulando todos os bancos privados para colocarem um posto de serviço lá para o servidor não ter que sair de lá e ir longe para tirar o salário. Só a Caixa Econômica Federal, na época, aceitou, em 1981, colocar um posto de serviço dentro da gráfica do Senado. Quando a estrutura foi crescendo, quando o valor que esse posto de serviço movimentava foi aumentando, quando passou a ser atraente, apareceram todos os bancos privados querendo entrar. Eu disse: "É engraçado. Dez anos atrás, nós imploramos para vocês abrirem um posto de serviço aqui e vocês não se interessaram. Agora que cresceu, que há uma renda, vocês querem vir? Não! Quando o diretor Agaciel sair, vocês poderão vir aqui com outro diretor e colocar, mas, enquanto eu for diretor aqui, não se coloca".

Quando eu fui diretor do Senado e se criou aquela febre de vender folha de pagamento, Deputado Chico Vigilante, era a mesma coisa. A folha do Senado era paga na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil. Apareceram mil propostas de bancos. Os funcionários ganhavam bem, tinham uma renda boa. Eu também disse a mesma coisa. Eu, jamais como diretor, aceitaria passar as contas de bancos públicos para bancos privados, porque sabíamos que iria atrofiar o atendimento. Tudo são flores no início, depois o sujeito começa a sugar o consumidor, o cliente, a ponto de deixá-lo sem opção. Quando se compravam essas folhas de pagamento, o período era de dez anos, e não havia portabilidade. Então, o sujeito não tinha para onde correr.

É importante – e aqui está a CEB, mas não está o nosso presidente do banco – que o BRB não perca também a visão social. Por isso, eu quero, minha assessora – você, que tanto cobra de nós –, que você providencie o pedido de uma agência no Itapoã e no Varjão. O Dr. Paulo Roberto não está aqui, mas, a exemplo da moradora que veio cobrar do Dr. Rubens, queremos que o pedido chegue até ele. No Itapoã, já temos quase 100 mil pessoas. No Varjão também há essa cobrança. O pessoal do Itapoã e do Varjão está pleiteando uma agência do BRB. É uma cidade grande, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15

porte médio para grande, e não há nenhuma agência de banco lá. Eu acho que é uma oportunidade.

Deputado tem esse papel mesmo. Deputado é pidão, tem de pedir e solicitar mesmo. Eu gostaria que o BRB... Deputado Chico Vigilante, conto com sua ajuda, porque V.Exa. é forte. Deputada Arlete Sampaio, também. V.Exas. são o Líder do PT e a Líder do Governo aqui, me ajudem, com o Deputado Raad Massouh, a colocar uma agência do BRB no Itapoã e outra no Varjão – para não perder o hábito de pedir. Agradeço a tolerância a todos que me ouviram.

Que Deus abençoe todos nós. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso Deputado Agaciel Maia. Pode contar conosco engajados nesta batalha pela agência BRB do Itapoã: eu, a Deputada Arlete Sampaio e o Deputado Raad Massouh.

Concedo a palavra à nossa Líder de Governo aqui na Câmara Legislativa, minha companheira de partido, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Boa tarde a todos e a todas. Meus cumprimentos ao Deputado Chico Vigilante, autor do requerimento para realização desta comissão geral. Meus cumprimentos a todos os integrantes da Mesa; ao nosso querido amigo Sr. Rubem; ao Dr. Paulo, que já se retirou; à Sra. Simone, que representa o Metrô; ao Sr. Francisco Hélio de Barros, que representa o Presidente da CUT; e ao Sr. Jeová, que representa o STIU.

Quero cumprimentar todos os presentes e dizer que este debate que o Deputado Chico Vigilante está nos proporcionando é de extrema importância, sobretudo neste momento em que assistimos no mundo a uma crise sem precedentes, das economias dos diversos países da Europa, dos próprios Estados Unidos. Essa crise demonstra justamente a falácia do ideário neoliberal, que dizia que o mercado se autorregula e que, portanto, tudo deve ser entregue ao mercado, que tudo dará certo. Provou-se que não. Até mesmo nos Estados Unidos, quando a crise aconteceu, o Estado, que era considerado um elefante branco ultrapassado, que não servia para nada, serviu para alavancar recursos para salvar a saúde dos bancos falidos e serviu inclusive para estatizar a GM, que estava em franca crise. Aqui no Brasil, assistimos, na televisão, na época em que Collor era Presidente da República, àquela propaganda que tinha um elefante caminhando: esse era o Estado. Então, precisava-se acabar com o elefante e entregar tudo para o setor privado, porque esse sim era competente para administrar.

Como disse já o Dr. Paulo, o setor privado é importante para gerar lucros, e sua preocupação exclusiva é essa, não tem preocupação social. Então, fica evidente que, se nosso governo, aqui em Brasília, não tivesse evitado que o BRB fosse privatizado... Sobraram dois bancos estatais nas unidades federadas brasileiras. Um deles é o BRB, graças à nossa permanência naquele momento no governo, que superou aquela etapa de fazer que tudo fosse privatizado no Brasil. Da mesma forma, a CEB, como disse o Sr. Rubem... Eu tive a honra de ter sido Presidente do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16

Conselho de Administração da CEB no momento em que ganhamos o prêmio de melhor empresa do setor energético do Brasil.

Penso que essa demonstração, para além dos trabalhos que os bancos públicos estão fazendo no Brasil, é suficiente para dizer que temos que ter o maior carinho pelas nossas empresas estatais, porque elas são fundamentais para fazer que haja os necessários investimentos de interesse social, coisa sobre a qual as empresas privadas nem sempre se manifestam.

Então, eu quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante. Eu e S.Exa. estivemos aqui nesta Casa na época em que a CEB foi utilizada para financiar Corumbá IV, na época em que a Caesb foi utilizada para financiar Corumbá IV. Isso deixou a CEB em situação falimentar, com dívida de 800 milhões de reais quando nós assumimos o governo. O Sr. Rubem tem tido todo o trabalho para a recuperação dessa empresa. Eu tenho certeza de que, ao fim desses quatro anos do Governo Agnelo, nós teremos nossas empresas públicas fortalecidas. Nós esperamos que não venha alguém aí de fora para querer desmontá-la. Pelo contrário, queremos continuar governando Brasília para que essas empresas continuem à frente, continuem gerando benefícios, não apenas dividendos para o Estado, mas também benefícios sociais, como a CEB vem fazendo de uma forma brilhante. O Rubem já demonstrou isso.

Deputado Chico Vigilante, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa e dizer que nós vamos fazer um grande trabalho, aqui nesta Casa, para que a sociedade, a comunidade, o povo de Brasília tenha a percepção de que tem que defender suas empresas estatais e tem que defendê-las contra a gana daqueles que só querem ter lucros. Por isso, nós vamos remover todos os obstáculos possíveis para esse debate ser feito na sociedade e para evitarmos qualquer perspectiva de privatização das nossas empresas públicas.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante. Parabéns a todos que estão à frente das nossas empresas estatais, que estão fazendo o trabalho muito importante de recuperação dessas empresas. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado à nossa companheira Deputada Arlete Sampaio. Essa audiência pública, nós estamos filmando. Nós vamos transformá-la num vídeo, que estará disponível no Youtube. Portanto, ele será de domínio livre. Todo mundo terá acesso.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Boa tarde e todos e a todas. Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus a oportunidade de participar de um evento de tamanha importância para a nossa cidade. Eu queria parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa, saudar a Mirta e dar um querido abraço no nosso Presidente do BRB, Roberto, que teve que se ausentar. Eu queria pedir à Simone também que dê um grande abraço na nossa Presidente Metrô, Ivelise, que, juntamente com a sua



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

equipe, está fazendo um grande trabalho no Metrô. Eu queria saudar o Francisco Hélio e o Jeová Pereira de Oliveira pela presença.

Peço dois minutinhos só para dizer que realmente fico muito feliz quando vejo uma discussão, nesse nível, de um assunto tão importante para a nossa comunidade. Eu gostaria de lembrar que eu também fui um dos poucos do outro mandato que defenderam a permanência do BRB, porque entendo que o Banco Regional de Brasília jamais poderia ter sido vendido, muito pelo contrário.

Eu queria parabenizar o nosso Presidente da CEB pela reestruturação que está fazendo na companhia. Eu queria parabenizar todos vocês. Realmente, a cada dia que passa, o serviço – não só o da CEB, como também o do Metrô e o de todas as nossas empresas – está caminhando e está melhorando, sim, dia a dia. Eu tenho certeza de que nós vamos alcançar essa grande vitória que é fazer Brasília andar nos trilhos de uma forma limpa e tranquila, como qualquer cidade grande.

Como disse o Deputado Agaciel Maia, todo Deputado pede. Eu queria pedir à Mirta que levasse uma pequena reivindicação, uma pequena grande reivindicação. O Deputado Chico Vigilante se lembra do quanto eu lutei, como Secretário da Pequena e Microempresa, contra a situação dos cartões de crédito que vendem em Brasília e recolhem o imposto em Barueri. Então, pagamos um valor aqui, e eles pagam lá um valor irrisório, que chega a ser abaixo do mínimo estipulado pela Constituição brasileira. O que eu queria sugerir é uma coisa grandiosa: por que não o BRB ter o seu cartão com a sua própria bandeira? O povo de Brasília, com certeza, vai apoiar isso. Sabendo que o BRB, com a sua própria bandeira, vai recolher o ICMS, que é uma fortuna, para ser revertido em benefício da nossa comunidade, o povo de Brasília jamais comprará com um cartão de crédito pelo qual o dinheiro será desviado para outra cidade.

Era isso que eu queria falar. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Raad Massouh.

Concedo a palavra a Sra. Diretora de Administração da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, Simone Miguel da Silveira. Poderá falar daqui ou da tribuna.

SRA. SIMONE MIGUEL DA SILVEIRA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o companheiro Chico Vigilante e, em nome dele, os demais Deputados que fizeram parte desta sessão. Também cumprimento o Presidente do BRB, que, infelizmente, teve de se ausentar; o Presidente Rubem Fonseca; o meu antigo companheiro de longos anos Jeová Pereira de Oliveira e o companheiro Francisco Hélio de Barros, que representa aqui o Presidente da Central Única dos Trabalhadores.

Na condição de representante da Dra. Ivelise Longhi, Presidente do Metrô-DF, tenho a dizer que o Metrô dispensa apresentações, pela importância que tem no transporte público desta cidade. Infelizmente, a gente atende ainda a poucas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18

localidades: somente Samambaia, Ceilândia e o Plano Piloto. O objetivo é expandir, neste ano ainda e até 2014, com duas novas estações em Ceilândia, duas novas estações em Samambaia e uma outra no Plano Piloto, fazendo com que o metrô chegue até a Asa Norte, no HRAN. É pouco, mas é uma expansão significativa para a companhia e para os usuários do metrô.

Em conjunto com o Metrô, a gente tem grandes projetos sendo executados, que é o do VLT e o do VLP, que vão trazer, com certeza, uma mobilidade melhor aos usuários do transporte público do Distrito Federal, juntamente com esta grande inovação que o governo está trazendo, que é a nova licitação dos ônibus. Isso tudo se pretende esteja integrado.

Os projetos do governo são, realmente, muito ambiciosos nessa questão do transporte público e muito necessários para uma população carente, que necessita de um transporte de qualidade, a fim de que possamos esvaziar as nossas vias e trazer mais comodidade a todos os brasilienses.

Temos, no Metrô, uma situação, que vale a pena dizer aqui, de déficit de empregados. Então, por muitas vezes, ele vem à mídia em uma condição até negativa, por conta das falhas que ocorrem. Mas o Metrô é uma empresa que trabalha arduamente para prestar um excelente serviço, mesmo com o seu déficit de pessoal, que estamos tentando resolver por meio de um concurso público, que deve ser lançado depois do mês de julho. Tínhamos lá um plano de empregos e salários dos empregados que foi cancelado, portanto, não pudemos fazer o concurso. Mas conseguimos fazer uma negociação com o sindicato, por meio de um amplo debate com os empregados e com a entidade sindical, e formalizamos um acordo coletivo que trouxe – algumas pessoas devem ter acompanhado – um benefício de reajuste salarial em torno de 34% para os empregados, o que deixou a categoria satisfeita. Ainda a partir de julho, teremos a implantação do novo plano de empregos e salários, em que os reajustes serão ainda mais significativos. Depois disso, conseguiremos fazer o concurso público para preencher novamente os quadros da companhia.

Diversos investimentos estão sendo feitos no Metrô, para possibilitar toda essa expansão, inclusive um projeto amplo de modernização do sistema atual, que prevê a instalação de ar condicionado nos trens – uma reclamação constante dos usuários. Há também problemas relativos à acessibilidade em algumas estações.

Basicamente, o que eu tinha que trazer de informação era isso. É uma responsabilidade grande representar a Dra. Ivelise, que tem uma oralidade muito impressionante, mas eu gostaria de parabenizar o companheiro e Deputado Chico Vigilante pela iniciativa de manter o patrimônio público, que acho que é um compromisso do governo e também desse partido.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante, e muito obrigada pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Simone.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19

Concedo a palavra a um dos idealizadores dessa alteração na Lei Orgânica do Distrito Federal. Na verdade, estou sendo aqui instrumento e porta voz de vocês. A ideia é de vocês, eu a achei boa e vamos transformar, se Deus quiser, com a mobilização da categoria e a ajuda dos dirigentes, que tem a mesma compreensão, vamos transformar essa emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal em lei. Inclusive, antes mesmo de passar a palavra para você, eu queria pedir para o Rubens e para você colocarem no papel essa ideia que o Rubens trouxe aqui, da blindagem que precisa ser feita, para que nós a transformemos em projeto também. Vocês dois vão sair daqui, hoje, com a tarefa de traduzir isso no papel, para que possamos transformar essa ideia em projeto de lei.

Concedo a palavra ao Sr. Jeová Pereira de Oliveira, por dez minutos.

SR. JEOVÁ PEREIRA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e todas.

É uma satisfação mais uma vez estar aqui.

Quero saudar a Mesa, se me permite, Presidente, em nome da única mulher da Mesa, a Simone, que foi companheira nossa no STIU, por vários anos – hoje é motivo de orgulho ter você como Diretora do Metrô/DF. Saúdo também o meu Presidente, Rubem Fonseca, uma pessoa por quem temos um grande apreço, por saber da luta dele, da dedicação que ele tem tido com a CEB, não só nesta gestão, mas na gestão dos anos 90. Quero saudar, ainda, o meu companheiro Francisco, representando aqui o Presidente da CUT.

É uma grande satisfação, Chico, ver você abraçar essa causa. Trouxemos a ideia, trouxemos leis de Minas Gerais, de Santa Catarina, e, imediatamente, o gabinete acolheu a nossa ideia. Sentamos com o Chico, ele abraçou a nossa ideia e formulou o projeto. É muito importante que esta Casa trate esse projeto realmente com o carinho que você está tratando, Chico, e com a dedicação que você está tendo. Se depender de nós trabalhadores, com certeza, vamos estar aqui, vamos estar na galeria e vamos conversar, de gabinete em gabinete, para que possa ser aprovado esse projeto. Quanto mais cedo, melhor. Vamos trabalhar para que ele seja aprovado.

Desculpem-me. Estou meio afônico, porque é muita reunião e muita coisa que fazemos, e esse clima daqui realmente nos deixa um pouco... É a mudança de tempo.

Vou falar um pouco do objetivo desse projeto. Acho que ele tem um objetivo extremamente importante, porque traz uma coisa para nós, brasileiros, para a sociedade, para os trabalhadores e para a população do Distrito Federal, especificamente, que é a participação popular, essência da democracia, nas decisões de Estado, nas decisões de governo.

Vimos assistindo, no Brasil, a muitas decisões de governos que não constavam nos programas, como também governos que mudam suas teses anteriores às eleições, principalmente no caso de privatizações e até de PPPs. Isso é trazido sem se discutir com a população. Por isso, esse projeto, para nós, tem uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20

importância muito grande, significativa, de proteção do serviço público, das empresas públicas do Distrito Federal, porque, para se passarem essas empresas para a iniciativa privada, há que se passar pelo crivo da população. Isso é extremamente importante. Vamos fazer um esforço muito grande para que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível, a fim de que tenhamos essa lei sancionada pelo governador.

Falando um pouquinho sobre a CEB, ela é uma empresa que tem recebido muitas críticas da população, e temos apanhado muito. Essa diretoria tem sofrido e tem lutado. Os trabalhadores da CEB também recebem muitas críticas, mas precisamos lembrar que a CEB, há 23 anos, tinha 2 mil trabalhadores e, praticamente, um terço dos consumidores que há hoje no Distrito Federal. Nós tínhamos, eu acho, 12 RAs; hoje temos 31 RAs no Distrito Federal. E quase 1 milhão de consumidores ligados, em residências e indústrias.

Então, com esse número de trabalhadores, com essa capacidade que temos, nós, trabalhadores da CEB, estamos dando o máximo possível para atender bem a comunidade. Mas é necessário que seja feito um reforço muito grande, é necessário que tenha concurso público.

Eu fui contratado já nessa gestão. Isso porque nós chegamos em 2010 a ter 670 trabalhadores na empresa. Foram contratados cerca de quinhentos trabalhadores. Parte desses trabalhadores pediu demissão, saiu da CEB. Mas ainda hoje temos em torno de 1.070 trabalhadores na empresa. Está em curso um novo concurso público. Tivemos problemas na licitação para esse concurso público. Foi questionado judicialmente, mas agora já estamos nos finais (sic) para a liberação desse concurso público. Nós necessitamos contratar para trabalhar na CEB pelo menos mais 1.500 trabalhadores. Temos de ter um quadro de funcionários de no mínimo 2.500 a 3.000 trabalhadores para atender o Distrito Federal.

Nós esbarramos, Deputado Chico Vigilante, em um problema que é a agência reguladora. No ano 2000, tínhamos uma empresa chamada empresa de referência, que é instituída pela Aneel para ter parâmetros para dizer o que a CEB precisaria fazer para atender à população do Distrito Federal, em termos de quantitativo de trabalhadores, de efetivos. Eram, se não em engano, 1.200 trabalhadores.

Então, é impossível – eu não estou sendo pessimista –, com o modelo institucionalizado, implementado pela agência reguladora, que as empresas do setor elétrico tenham condições de prestar um bom serviço. Por mais que a gente faça esforço, por mais que a gente tenha gestões sérias, honestas, competentes, nós vamos continuar tendo dificuldades no setor elétrico, se continuarmos tendo o modelo que está sendo praticado no setor elétrico brasileiro.

Não é à toa que eu estive na Aneel, Deputado Chico Vigilante, anteontem, inclusive conversamos um pouco sobre a CEB. Olha, hoje há nove empresas de distribuição com intervenção da Aneel. E essas empresas são privadas. A única empresa que não tem intervenção – não é Aneel, é Eletrobrás – é a Celg. As outras



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	21

tiveram intervenção, mesmo! E por quê? O modelo não está permitindo. Nós temos empresas distribuidoras no Brasil. Por exemplo, na Coelce, do Ceará, 87% dos trabalhadores são terceirizados, Deputado Chico Vigilante.

Outro dia vocês fizeram aqui uma comissão geral sobre a precarização do trabalho. Era para eu ter vindo participar, mas não pude comparecer.

Então nós estamos passando o setor elétrico, a CEB está nessa condição. Há alguns motivos específicos para ficar da forma como ficamos no Distrito Federal: a idade do sistema; o tempo que foi construído grande parte do nosso sistema; a falta de investimento em robustez do sistema, ou seja, novas linhas e subestações; e a falta de manutenção. Por quê?

Nós não temos um número suficiente de pessoal para fazer manutenção. O modelo não permite que a distribuidora tenha um quadro de pessoal ou tenha terceirização suficiente. Ou seja, não tem trabalhador para fazer manutenção. Temos somente para a manutenção corretiva, e não para a preventiva. Então, nós estamos numa luta. A gente reconhece a luta do Presidente, da Diretoria da CEB em tentar recuperar a empresa. Estamos fazendo investimentos numa dessas três pontas – que é a parte de renovação do sistema, com novas linhas e novas subestações – e também na questão de pessoal. Provavelmente, daqui a uns sessenta dias, vamos estar com o nosso concurso na rua para a gente concursar e contratar mais trabalhadores para a empresa. Então, é necessário que se tenha um ajuste no setor, onde a empresa possa ter condições para prestar o bom serviço.

Estou usando os sete minutos da Simone, já que ela não usou.

Deputado Chico, uma vez mais agradeço a oportunidade. Pode contar com a gente também. A gente vai estar junto nesse projeto e em outras situações também. Nós da CEB estamos aí à disposição para ajudar, para contribuir e vamos estar aqui dentro dessa Casa ajudando V.Exa. a aprovar esse projeto de lei que, para nós, é extremamente importante, porque essa lei vai inclusive proteger as empresas públicas dos ataques que são projetados e planejados para tentar privatizar as empresas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Jeová. Concedo a palavra ao Francisco Hélio de Barros, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores, que está representando aqui o Rodrigo Brito, Presidente da nossa central.

SR. FRANCISCO HÉLIO DE BARROS – Deputado Chico, agradeço o convite para esse debate de extrema importância.

Cumprimento todos e todas da Mesa, todos e todas presentes.

Parabenizo a iniciativa dos companheiros Jeová e Chico em colocar essa ideia de extrema importância em debate. A gente já vem fazendo esse debate há algum



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	22

tempo em função de que, além de Diretor da CUT – Central Única dos Trabalhadores, sou diretor do Sindicato dos Aeroportuários.

A gente passou por um processo de privatização da administração de alguns aeroportos no Brasil. Então temos experiência e uma riqueza de detalhes para poder dizer o quanto a privatização em certos serviços é ruim. Podemos citar um serviço bem próximo nosso, que todo mundo conhece, que é o transporte público de Brasília, que está privatizado. Então, não preciso dizer mais nada porque todo mundo vivencia todos os dias o quanto esse serviço é de péssima qualidade. E agora não tem nem como o governo retomá-lo. O governo busca uma melhoria, mas está de mãos atadas. E isso é extremamente complicado.

Se o seu projeto de lei já existisse para o Brasil, Chico, certamente esses três aeroportos nossos não estariam privatizados. Para você ver a importância de a gente fazer esse referendo com o povo. As empresas públicas, de certa forma, passam por um referendo desses, haja vista que, a cada quatro anos, os governadores são referendados e permanecem ou não. São eles que indicam as direções das empresas públicas. Então, a empresa pública já passa por um referendo desses. Portanto, nada mais justo do que a gente fazer a mesma coisa com a gestão privada. Tenho certeza de que, se houvesse um projeto de lei semelhante que referendasse a permanência ou não das empresas privadas no transporte público, isso seria de extrema importância.

Eu acho que é redundante falar que somos contra a privatização de qualquer coisa. Muito pelo contrário, eu acho que tem muita coisa que tem que ser estatizada. A gente tem alguns exemplos dentro do transporte aéreo que a gente poderia citar.

No ano passado, um cachorro vira-lata entrou no aeroporto de Salvador, e três jornalistas de diferentes emissoras de TV me ligaram para saber por que a segurança do aeroporto, que é administrado pela Infraero, permitiu isso e se houve alguma falha. Eu disse: "Olha, é um cachorro. Qualquer um pode passar pela cerca e jogar o cachorro. Não é uma falha necessariamente. Se fosse falha, o cachorro tinha causado um acidente. A segurança viu o cachorro, recolheu, tomou todas as providências possíveis, ou seja, a segurança funcionou, não houve falha aí".

Na semana seguinte ao que a concessionária assumiu o aeroporto de Brasília, o final de semana passou sem luz. Passado mais algum tempo, botaram a culpa na CEB, que é empresa pública. Ninguém ligou para mim para saber por que ficou sem luz, se era um defeito, se era uma falha. Passou um pouco, uma aeronave colidiu a asa com um poste de iluminação. Ninguém ligou para mim falando: "Ah, é uma falha, problema de gestão".

É equivocado e falso dizer que a empresa pública tem administração pior que a empresa privada. Isso é falso. A gente vê o colega nosso dizer que recebeu um prêmio pela melhor gestão do Brasil. É extremamente equivocado. O que acontece é a propaganda que é feita. A gente não consegue contratar com a mesma potencialidade que a empresa privada para fazer a defesa. A gente viu, por exemplo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	23

num processo de privatização, que se iniciou lá atrás, Chico, que a iniciativa privada gastou quase 150 milhões em estudos para discutir a viabilidade econômica de se privatizar esses aeroportos. Isso tudo o que é? Um PhD, um especialista, faz um texto lá e diz: "Isso aí é viável". É lógico que, se eu contratar um estudo, não vou contratar um estudo com alguém que vai dizer o que não quero. Evidentemente ele tem de dizer o que quero. Mas quase 150 milhões? Estudo caro, não é? Na verdade, o restante é pagar a mídia para falar bem do processo e falar mal da Infraero. Tinha repórter fazendo campanha na Infraero para ver se tinha algum pombo sujando a pista. De repente uma aeronave escorrega, eu estou lá filmando, e aí tem para quem vender isso daí, está certo?

Então, é assim que funciona a disputa. Tem gente que é paga para falar mal da empresa pública. Quando chega a vez da empresa privada, ninguém aparece para falar nada, ou seja, o cara deve receber para não falar. No ano passado, a gente fez uma greve. A gente chamou uma greve dentro desses três aeroportos, para mostrar à população a importância de se manter na administração pública. A argumentação é que os nossos aeroportos não teriam capacidade de receber todo o público na época da Copa, desses eventos que estão surgindo aí. O evento está chegando e o aeroporto continua do mesmo jeito que está ou está pior, porque agora está em obra, está tudo removido. Estavam um seis repórteres em volta de mim durante a greve. Uma delas falou assim: "Escuta, você acha que o aeroporto de Brasília está saturado, acima da capacidade?" Eu falei: "Dá para vocês filmarem em volta da gente e mostrar onde está saturado?". Eram 5h da manhã, estava tudo vazio. Disse: "Mostra aqui". Acho um absurdo o governo construir uma estrutura dessa para ser ocupada três, quatro horas por dia. Isso me parece irracional.

Tenho certeza de que, se fosse uma empresa de energia privada, não teria ido lá regularizar os lotes não. Teria colocado a polícia para retirar o pessoal, processado por crime de roubo de energia, entendeu? É assim que a população pobre é tratada.

A grande verdade é que as empresas públicas, a gente tem que fazer essa ressalva, entram, como os companheiros falaram anteriormente a mim, onde ninguém quer entrar. Fazem todo o trabalho, correm todo o risco, desenvolvem todo o *know-how*. E, quando a cama está feita, prontinha para dormir, é só ganhar dinheiro, vem a iniciativa privada discutir: "Não, a gente quer assumir isso daí porque nós somos mais eficientes e temos dinheiro para colocar dentro do negócio.

Vamos pensar, por exemplo, na parceria público-privada que foi feita nesses aeroportos, em que eles estão recebendo o dinheiro do BNDES e estão administrando um bem público. A Infraero é sócia, com 49%; mas é sócia só para receber o lucro, se algum dia der lucro, e para pagar o prejuízo, se der prejuízo, porque ela não participa da administração.

Aí eu pergunto: quem é que faz o controle disso daí? Porque quem faz o balancete, a apresentação de contas, eu sei quem é, é a concessionária, é o cara



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	24

que administra. Eu, se sou dono de uma empresa, não vou fazer um balancete que diga que a minha empresa está sendo ruim.

A companheira citou muito bem a crise que houve recentemente no sistema financeiro. Existe um documentário feito no ano passado que se chama Trabalho Interno, se não estou enganado. Registra-se nesse documentário que o sistema financeiro entrou no sistema público e indicou todas as pessoas que faziam o controle. Aí eles começaram a fazer o que queriam. Foi um prejuízo extraordinário. Foram trilhões de reais no mundo inteiro, não me lembro da conta aqui, se não estou enganado, 22 trilhões para poder consertar esse estrago porque faltou regulamentação do Estado sobre o setor. Quem pagou a conta? Os trabalhadores. Então, não preciso dizer mais nada sobre isso.

A gente poderia ficar falando infinitamente aqui. O fato é que toda empresa que for privatizada, todo serviço que for privatizado vai estourar sempre, sempre nas costas dos trabalhadores. É por isso que a gente é contra qualquer privatização, e é por isso que esse seu projeto é de extrema importância para a classe trabalhadora. É isso que a gente queria deixar registrado aqui. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. João Carlos, diretor do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal. Em seguida, o Lídio Pereira.

SR. JOÃO CARLOS – Boa tarde a todos. Eu queria saudar a Mesa, o companheiro Rubem, o companheiro da CUT, a Simone, o companheiro Jeová, e especialmente o companheiro Chico. Quero saudar também a iniciativa, Chico, essa é uma iniciativa muito importante pela qual a gente luta há muito tempo, e, felizmente, agora, a gente está vendo a coisa se movimentar. A gente acredita que vai conseguir chegar à aprovação desse projeto.

Eu queria só fazer um registro: não vai ser fácil. Não vai ser fácil. A gente sabe que existem muitos argumentos fortes em relação à aprovação desse projeto, mas ele vai enfrentar resistência. A CEB, pegando o exemplo da empresa que a gente trabalha, está sofrendo resistência, está sofrendo o enfrentamento de grupos de acionistas minoritários que visam apenas à especulação e não à prestação do serviço para a sociedade, para a população de Brasília. Então, esse enfrentamento vai sempre haver. Isso está acontecendo no conselho, esse pessoal ganha milhões, milhões com especulação, com venda de estatal, é aí que eles ganham. Eles investem em estatal não é acreditando que o serviço público é o melhor e tal, investem para ganhar dinheiro, e eles ganham dinheiro com privatização.

Eu acho que já falaram muito da CEB, mas eu queria só fazer esse registro. A história do desmonte dessa empresa merece um livro. Tem um dossiê que já andou nesta Casa aqui em 2004 quando começou o processo. A gente tem essa data-base do processo de desmonte. Começou ali em 2001, mas culminou em 2004 com a questão da primeira revisão tarifária, tem um dossiê do processo de desmonte. Mas merece um livro. Quem passou por esse processo, e aí os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	25

trabalhadores se angustiaram muito, quando a gente lembra, todo mundo tem história para contar, todo mundo fica pensando como é que uma empresa, que já foi a melhor do Brasil, tornou-se uma das piores? Tornou-se a melhor na época até do companheiro Rubem, que estava lá à frente de uma das diretorias da presidência. E se tornou uma das piores. Isso é triste para os trabalhadores. Os trabalhadores sempre enfrentaram esse processo, mas foi um processo muito forte na empresa. As consequências maiores estão sendo sentidas agora pela população, mas esse foi um processo construído, e o objetivo foi sempre privatizar. É a velha lógica de desvalorizar o patrimônio público para depois vender. Sempre foi.

Chegou o penúltimo governo dizendo que iria fortalecer a companhia, que iria reestruturá-la, recuperá-la. Quando estávamos vendo as iniciativas, alguns projetos – alguns setores da empresa começaram até a acreditar –, colocou-se abertamente a possibilidade de vender a distribuidora para a Cemig num “acordo político” entre Arruda e Aécio Neves. Isso para citar uma história mais recente, sem contar o processo anterior que foi um processo de sangramento.

A gente fala que a CEB foi ferida. Quer dizer, não mataram a CEB, mas feriram-na. As consequências, ainda as sentimos até hoje, com impactos visíveis no desmonte do sistema elétrico, no nosso fundo de pensão inclusive. Quer dizer, quem está na CEB descobre a cada dia os impactos de uma gestão como foi aquela. Mas é sempre com esse foco. O foco não foi só tirar proveito de uma empresa pública para politizar, para criar aquilo. Foi principalmente inviabilizá-la mesmo e privatizar.

Então, é só isso Deputado Chico Vigilante. Parabenizo a sua iniciativa. Pode contar com os trabalhadores. Nós vamos mobilizar a sociedade em cima desse debate. Porque estamos devolvendo – ou dando – à população a atribuição de escolher qual o melhor caminho. Nós vamos debater e mostrar que o melhor caminho é continuar o serviço de distribuição de energia elétrica nas mãos do Estado, nas mãos da empresa pública. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, João Carlos. Concedo a palavra ao Sr. Lídio Pereira da Silva.

SR. LÍDIO PEREIRA DA SILVA – Boa tarde, senhores e senhoras. Sr. Deputado, durante o tempo em que eu moro no Distrito Federal, essa é a melhor lei no sentido de favorecer as empresas públicas.

Aproveitando a deixa, eu gostaria que o senhor juntasse uma comissão de Deputados para fazer a isonomia do DER com o Detran. Porque são as duas únicas autarquias do Distrito Federal e são tratadas com indiferença. Autarquia tem que ser tratada como autarquia. Eu peço também que faça uma comissão de Deputados para dar uma fiscalizada no DER, pois o órgão está sucateado. O nosso diretor teria que estar aqui neste movimento, teria que estar apoiando, assim como o diretor da CEB e como outros diretores que já estiveram. Eles vieram com o interesse em defender o patrimônio público, e a nossa direção não tem representante aqui que poderia estar defendendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	26

Parabenizo o colega sindicalista pela iniciativa, porque o trabalhador precisa de proteção. Eu peço encarecidamente que o nobre Deputado consiga fazer uma vistoria no DER com uma comissão de Deputados, porque o órgão está sucateado, está uma vergonha. Eu sou servidor público há 26 anos. A gente quer ver a casa da gente bem arrumada.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado, Lídio.

Concedo a palavra ao Rubem Fonseca Filho, por cinco minutos, para suas considerações finais.

SR. RUBEM FONSECA FILHO – Bom, Deputado Chico Vigilante, eu quero voltar a ressaltar como é importante essa iniciativa com o sindicato dos trabalhadores do setor de energia.

Essa discussão, aqui em Brasília, é muito mais séria, porque nós estamos na Capital do País, área de segurança nacional, sede das embaixadas. Os senhores imaginem o poder da energia, que mexe com o transporte, com o Metrô, que faz funcionar as indústrias e o comércio. Aqui se fornece energia para ministérios, tribunais, nossas sessões plenárias. Os senhores imaginem havendo nisso o interesse do lucro, o interesse privado. Esta é uma área de segurança nacional e merece uma atenção toda especial.

Na época em que o Deputado Chico Vigilante e a companheira Maria Laura estavam no Congresso Nacional como Deputados, nós da CEB, também em 1995, levamos uma emenda, quando daquele processo de privatização do Fernando Henrique, para destacar que a empresa de energia do Distrito Federal, por questões estratégicas, não poderia ser privatizada.

Os senhores imaginem qualquer reparo em um dos geradores do Congresso Nacional ou um apagão provocado aqui. Suspende-se uma sessão, impede-se uma votação importante para o País todo para se poder fazer manobras, ganharem tempo. Então, é muito séria essa questão de privatizar uma empresa de energia elétrica no Distrito Federal.

O segundo ponto foi muito bem levantado pelo Jeová. Quando assumimos a CEB, no início de 2011, tínhamos em torno de seiscentos trabalhadores, pois há uma rotatividade. Em 2010, contrataram-se 80. Nós colocamos 329 trabalhadores na CEB, quase 40% de novos trabalhadores colocados por nós. E os senhores não sabem a importância disso, pois esses trabalhadores que entram na CEB têm de ser treinados e capacitados para prestarem um bom serviço à população. Isso demora. Há áreas que demoram seis meses, mas pode demorar até dois anos para se ter um bom profissional. Acontece que temos de manter um serviço terceirizado e dobrar o treinamento, a capacitação. Nós estamos fazendo isso, estamos sobrecarregados, mas estamos no empenho para voltarmos realmente a ser a CEB com capacidade de atendimento, de fazer manutenção preventiva, de realizar um belo serviço de manutenção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	27

Quero também embasar o que foi falado sobre o Pedro da CUT. Deputado Chico Vigilante, houve uma interrupção de energia no Aeroporto Internacional de Brasília. Isso foi veiculado por todas as redes de televisões, por todos os jornais. Soltamos uma nota dizendo que o problema do abastecimento energético ocorrido no Aeroporto Internacional de Brasília não tinha sido culpa da CEB, mas confessamos que o nosso sistema está sucateado e que a nossa imagem é ruim.

A administração do aeroporto soltou uma nota dizendo que havia sido um problema não resolvido pela CEB, enviou a nota para a Casa Civil. Essa situação foi tão grave que fomos acordados de madrugada, porque a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, estava vindo para Brasília e teve seu voo desviado. S.Exa. tinha uma reunião com a Presidente da República, que acionou o ministério, e o ministro ligou para mim; ligou também o presidente da Aneel na época, o Nelson Hübner, perguntando o que estava acontecendo. Fomos lá. O aeroporto pediu para a CEB olhar. Aquilo aconteceu às 6h da manhã e fomos lá às 8h. Não havia problema nenhum, não era problema para a CEB resolver. Soltamos uma nota e eles soltaram outra dizendo que o problema era com a CEB. A imprensa ficou dividida, mas quem saiu como culpada foi a CEB. Passou-se uma semana para apuração e veio à baila que a empresa privada que assumira o aeroporto, para economizar, trocou os trabalhadores que davam manutenção e operavam o sistema elétrico interno do aeroporto, dispensou-os e trouxeram de São Paulo outros trabalhadores inexperientes. Para recuperar o sistema, acordaram de madrugada a turma dos velhos trabalhadores, que foram lá e recuperaram o sistema. Eu liguei para várias emissoras solicitando que eles publicassem a história de que o problema havia sido provocado por problemas internos e não pela CEB, mas disseram-me que não, que aquilo já havia passado, já havia saído de pauta, acabado. Quem ficou como culpada foi a CEB. Aproveito este depoimento para dizer que essa é a verdade.

Trabalhadores que foram, durante anos, capacitados, treinados, especializados, foram jogados para fora da empresa; e essa turma de novatos derrubou a energia, a comunicação geral do aeroporto. Olha a irresponsabilidade disso! Estou fazendo esse registro e mostrando, Chico Vigilante, que privatizar uma empresa de energia é um risco incalculável à Capital do País, uma área de segurança. Imaginem as embaixadas ficarem apagadas, com comunicações, interesses de países, de mercado de equipamentos, de aplicação de capital, jogo na bolsa. Se no Brasil é importante ter empresa estatal competente, imaginem aqui na Capital da República. Ela tem que se manter estatal agora.

Nesta luta, Deputado Chico Vigilante, nós estaremos todos juntos para aprovar esse projeto de lei, para transformá-lo em lei. Contem conosco. Temos consciência da importância disso. Esse é o primeiro passo em defesa do patrimônio público e de um serviço de qualidade e eficiência para toda a população.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Presidente Rubem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	28

Concedo a palavra, por cinco minutos, para as considerações finais à nossa amiga e companheira Simone.

SRA. SIMONE MIGUEL DA SILVEIRA – A nossa intenção, realmente, Deputado Chico Vigilante, é parabenizá-lo pela iniciativa, que é de grande importância para a manutenção do patrimônio público das empresas estatais e das sociedades de economia mista do Distrito Federal.

Com a chegada da Dra. Ivelise, certamente ela entrará em contato para referendar a disposição de ajudar onde for preciso para a aprovação desse projeto que é importantíssimo para esta cidade, para os trabalhadores e para o governo como um todo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Simone.

Eu quero fazer um registro aqui de uma presença ilustre, que é o nosso companheiro Willemann. Ele é o nosso assessor do Governo do Distrito Federal para assuntos Parlamentares nesta Casa. Temos feito uma parceria perfeita aqui, porque a maioria dos projetos de interesse da sociedade e de interesse do Governo Agnelo tramita aqui com a rapidez necessária graças à competência e à seriedade com que o Willemann trata as coisas. Ele é um funcionário concursado de carreira desta Casa e agora presta assessoria ao Governo do Distrito Federal. Ele tem um relacionamento extraordinário com todos os Parlamentares daqui. As pessoas podem até discordar do Willemann, mas respeitar, todos respeitam. Isso é importante.

Concedo a palavra ao Jeová, por cinco minutos, para as considerações finais.

SR. JEOVÁ PEREIRA DE OLIVEIRA – Eu queria registrar, Sr. Presidente, que este caso específico do aeroporto mereceria uma nota de esclarecimento à população. Sabemos da dificuldade da CEB. Vamos colocar na mídia uma nota de esclarecimento para dizer que a culpa não foi nossa.

Infeliz ou felizmente, Brasília é a cidade brasileira onde a comunicação é mais visível. É a mais rápida das comunicações. Nem São Paulo nem Rio de Janeiro são iguais a Brasília. Todos os acontecimentos em Brasília têm visibilidade em questão de minutos. Hoje nós temos as redes de televisão. Todos nós estamos acostumados a ver de manhã o Distrito Federal quase todo por helicóptero, ao vivo. Por exemplo, na Grande São Paulo vemos isso, mas no resto do Estado não. Em algumas cidades vemos, mas não vemos no resto do Estado. Você vê também no Rio de Janeiro, mas, em Brasília, não! Brasília é o único ente da Federação que é mostrado. Esse também é um dos motivos por que aparece na mídia até o Ministro de Estado dizendo que a CEB é a pior empresa do setor elétrico. Isso não é verdade. Quem conhece o Brasil, quem está viajando pelo Brasil sabe que não é verdade, tanto é que há nove empresas com intervenção da Aneel. E são empresas privadas. Essa é a diferença da comunicação que temos em Brasília. Em Brasília, a luz pisca, e as pessoas ligam para nós na entidade sindical. A tolerância é zero com relação a serviços em Brasília. Os outros estados – Mato Grosso, Bahia, Pernambuco – passam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	29

24 horas sem energia. Em Pernambuco, eu ouvi o depoimento de um radialista pedindo pelo amor de Deus, porque a cidade de Goiana não tinha energia havia mais de doze horas. Então aqui nós pagamos o preço de estar na Capital da República, Capital do País. E eu concordo e acho que tem que haver uma forma de a CEB ter um tratamento adequado a suas responsabilidades.

Nós, trabalhadores e direção da CEB, não queremos abrir mão da nossa responsabilidade. Nós temos a responsabilidade e queremos cumpri-la, mas precisamos que haja condições para isso, porque hoje, infelizmente, o modelo não permite. Eu insisto nessa tese do modelo porque ele realmente não permite. Com isso, a CEB é uma das empresas distribuidoras mais prejudicadas, porque a nossa responsabilidade em Brasília é muito maior do que a de qualquer outra distribuidora, pois, por mais que haja palácio do governador em outros estados, aqui temos o Palácio da Presidência da República, aqui temos a área dos ministérios, o Exército, a Marinha, o Itamaraty, o STF.

Então, temos uma responsabilidade muito maior do que tem o resto do País em termos de fornecimento de energia e de prestação desse serviço. É preciso que façamos uma discussão no sentido de que a CEB tenha condições. Tem que haver um quantitativo, um efetivo de trabalhadores adequado à necessidade. Tem que haver recurso – se não via tarifa, que seja via União – para que possamos prestar o serviço que queremos prestar e que a população do Distrito Federal merece.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sr. Jeová.

O Sr. Rubem estava me recordando aqui de um feito que eu faço questão de relembrar.

Quando daquela privatização desenfreada feita pelo Governo Fernando Henrique, eu e a nossa querida companheira Deputada Maria Laura éramos Deputados Federais e apresentamos uma emenda que retirava a CEB do processo de privatização exatamente alegando ser estratégica a Capital da República, razão pela qual a empresa tinha que ser estatal. O Rubem estava lembrando isso aqui.

Concedo a palavra ao Sr. Francisco Hélio, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores.

SR. FRANCISCO HÉLIO DE BARROS – Sr. Presidente, vou aproveitar esses cinco minutos para relembrar nosso compromisso de trabalhadores e a importância da nossa bancada de representação dos trabalhadores. Duvido que esse projeto seria apresentado por um Deputado que não fosse trabalhador. Aí vocês veem a importância disso.

O Deputado Chico Vigilante lembrou outro fato histórico: a CEB só não foi privatizada porque havia trabalhadores no Congresso Nacional que impediram isso. Então, como a iniciativa privada consegue... Eu vi nesta legislatura que houve uma redução da bancada dos trabalhadores no Congresso. Então, podem ter certeza de que vamos ter redução nos direitos de trabalhadores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	30

Os trabalhadores que foram convocados na madrugada foram os trabalhadores da Infraero que a concessionária dispensou porque não conseguiu pagar um salário compatível com o que a Infraero pagava. O cara tinha mais de trinta anos no aeroporto. Ele sabia que disjuntor caíra lá e disse o que se tinha que fazer: isso, aquilo e aquilo outro. Isso em cinco minutos. Mas a Infraero preparou esse trabalhador, segurou esse trabalhador e lhe deu formação. Então não preciso dizer mais nada. Na sucessão da concessionária para a Infraero, só não houve um colapso porque muitos dos trabalhadores da Infraero permaneceram no aeroporto. Foi o que segurou. Vamos ver mais para frente.

Eu acho que aqui deixamos para nós trabalhadores a reflexão da importância de dar sustentação a nossa bancada – ao companheiro Chico, que vem fazendo um trabalho extraordinário, que vem propor esse projeto de importância para todos nós, que vai fazer o debate – e a importância de a gente estar junto, porque senão nós vamos ter vários outros aeroportos dentro do Distrito Federal.

O colega demonstrou a importância de você ter o sistema de luz numa empresa pública para não faltar energia, não se protelar, quando houver uma votação importante. No caso do aeroporto, por exemplo, Chico teve a felicidade de participar de uma assembleia em que, com duas horas de reunião, a gente paralisou o aeroporto. Chico estava lá. Mais de quarenta aeronaves no chão. Mesmo assim, a gente não deixou a população na mão, a gente pediu que alguns trabalhadores voltassem ao local de trabalho para dar continuidade ao serviço. Foram mais de duas semanas para voltar à normalidade. Daí a importância das empresas públicas. Isso a gente tem que deixar registrado.

Olhem o serviço de transporte público. É uma empresa privada que o está fazendo. Era público. O governo não consegue retomar esse serviço. Teve que intervir recentemente. Por que não estatiza tudo então? Por que não há uma discussão para a gente estatizar o transporte público do Distrito Federal? O privado, eu não preciso dizer que não presta. Todo dia eu venho para a casa, e há ônibus quebrados. São três, quatro ônibus. Todo dia eu venho para casa, e vejo que um caminho que normalmente a gente pode fazer em vinte minutos leva uma hora e meia. Imaginem se fosse...

Rubem, você pode ter certeza absoluta de que, quando a CEB, no finalzinho do governo, estiver toda saneada, quando for receber outro prêmio, a iniciativa privada vai querer comprá-la e vai investir nisso.

O aeroporto de Brasília arrecadava 1 bilhão e 700, 1 bilhão e 300, se eu não estou enganado. A empresa que ganhou a concessão vai pagar ao governo quase 2 bilhões, ou seja, mais do que o aeroporto arrecada. Não é o que ele lucra. Que lógica tem isso? Como é que se fecha essa conta? Os caras vão pagar mais do que o aeroporto arrecada hoje! Como é que eles vão conseguir fazer isso? É mágica?

Evidentemente, nós temos todos os argumentos possíveis para discutir. Poderíamos ficar aqui, mas está na nossa mão, na mão dos trabalhadores, na mão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	31

da sociedade valorizar as empresas públicas, reconhecer o trabalho delas. Caso contrário, vamos ter o que está acontecendo hoje com o transporte público, o que está acontecendo hoje com o serviço público que é administrado pela iniciativa privada. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Francisco, diretor executivo da Central Única dos Trabalhadores.

Quero, nesse momento, fazer alguns agradecimentos especiais.

Para que esta comissão geral acontecesse, muitas pessoas trabalharam e contribuíram diretamente. Eu quero pedir à chefia do pessoal da Taquigrafia que nomine para que fique consignado nos Anais o nome de todos os companheiros e companheiras da Taquigrafia que trabalharam na tarde hoje. Faço um agradecimento especial ao trabalho desenvolvido aqui por vocês.

Depois, essas notas taquigráficas estarão à disposição de todos que participaram desse evento, para o sindicato usar na reprodução dos seus materiais e tudo. Vocês podem ter certeza de que o pessoal aqui é tão competente que nenhuma vírgula escapa. Portanto, vai ser o retrato fiel do que todos nós falamos aqui e isso vai estar à disposição de vocês. Eu quero fazer esse agradecimento à equipe da Taquigrafia.

Quero agradecer ao pessoal do Cerimonial: Verônica, Claudino e Kennedy – que são esses companheiros e companheira que estão aqui; à equipe do Som: Roberto Massara, que está lá na cabine; ao Sr. Francisco, que vem aqui trazer esse cafezinho para a gente – se o café não é melhor, a culpa não é dele, porque muitas vezes a Câmara Legislativa compra um café que não tem tanta qualidade, ele se esforça ao máximo. Portanto, eu quero agradecer a ele a água e o café que ele serve.

Agradeço ao pessoal da Segurança e ao pessoal do meu gabinete: a Luciene, a Mônica, a Denise e a Idalina – nossa jornalista, que vai reproduzir tudo que nós falamos aqui, e colocar em nossa página e no Facebook. Agradeço ainda ao Vítor, que estava aqui fotografando, à Fabiana, à Laura, ao Erick, ao Marcelo e ao nosso companheiro Fred, meu chefe de gabinete.

Quero agradecer a presença de cada um e de cada uma que passaram essa tarde conosco debatendo – esse é o sentido de envolver efetivamente a sociedade – um projeto da mais alta importância: a importância das empresas públicas, empresas estatais para o desenvolvimento do Distrito Federal. Porque, muitas vezes, convencionou-se, neste País, a dizer que tudo que é público não presta. Isso é uma marca.

Se você chega a um hospital público, e as pessoas pegam vinte minutos de fila, já começa uma xingação danada. Outro dia fui comprar um CD e entrei em uma fila das Lojas Americanas, no Taguatinga Shopping. Pense no tamanho da fila para pagar um CD. Resolvi tentar politizar a discussão. Eu disse: nessa fila aqui, todos querem pagar; essa empresa, a Lojas Americanas, presta um péssimo serviço. Se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	32

fosse em um hospital, já estariam todos xingando, querendo pegar na pancada o médico, a atendente e tudo. Aqui estão todos quietinhos, parecendo um bando de carneiros; e estão nessa fila para pagar. Pois eu não vou pagar essa porcaria. Em protesto, eu vou embora. Larguei o CD e fui embora.

Hoje trabalhador que tem plano de saúde paga caro, mas quando vai buscar determinados atendimentos, estes são marcados para daqui a três meses. Eu pago o Fascal. Tem atendimento de determinada especialidade que leva três meses. No hospital público, faz mais rápido, mas eles dizem que o hospital público não presta, não é?

Tive acesso a uma pesquisa feita pela *Vox Populi*, na qual 60% da população do Distrito Federal disse que o serviço de saúde é péssimo. Mas há um dado interessante: 60% dos que disseram que o serviço de saúde não presta, disseram também que nunca passaram na porta de um hospital público. Portanto, como posso avaliar uma coisa que não fui ver? Como vou avaliar uma coisa que eu não uso? Esse é o trabalho da mídia, a desqualificação do que é público, para achar que o mercado e o privado pode tudo.

Tenho um exemplo da CEB. Desde que eu moro no Setor P Sul, na QNP18, sempre faltava energia. Nos últimos tempos, piorou cada vez mais; pois, além da 18, existem a 24, a 26 e a 12 no P Sul. Um dia eu fui conversar com o ex-Presidente da CEB. Eu, como morador, pedi uma audiência e fui lá, porque queria saber o que estava acontecendo. Então, ele disse: Chico, é o seguinte: "aquilo ali não tem jeito, não tem como resolver". Eu disse: "mas como não tem jeito?". Ele disse: "É que o pessoal do Pôr do Sol está fazendo gato. Aí, no horário de pico, perturbam vocês. Quer dizer, vai cair a energia de vocês que pagam. Eles não pagam, e vai cair a de vocês, que pagam". Eu falei: "Por que vocês não resolvem os gatos?". E ele: "Lá a gente não consegue entrar, não! Outro dia, a viatura da CEB tentou entrar lá. Nem com polícia entra". Aí, eu fiquei pensando que era a porta do inferno, já que nem com polícia se entrava.

Então, quando nós assumimos o governo agora, eu pedi para o Rubem: vamos resolver isso. Aí, eu fui para dentro do Pôr do Sol, verifiquei que era uma comunidade absolutamente ordeira, pacífica e trabalhadora e que havia gatos porque era a última alternativa que tinha sobrado para eles terem iluminação. Depois que nós fizemos a iluminação – foram colocados mais de 4.500 pontos, postes-padrão, medidor e tudo –, eu ouvi um depoimento que me emocionou bastante. Um cidadão morador de lá chegou até mim e falou: "Chico, no dia em que vocês iluminaram isso aqui, eu fiz questão de chegar em casa mais tarde, eu fiz questão de chegar em casa à noite, porque eu queria ver como era o nosso setor iluminado, porque eu nunca tinha visto". Aí, ele disse que chegou, desceu na parada de ônibus lá em cima e saiu a pé, devagarzinho. Ele disse que, antigamente, quando ele chegava à noite, ele saía na carreira, trombando num canto, caindo em outro, até chegar lá embaixo, esbaforido, com medo dos ladrões. Ele disse: "Agora, não. Eu chego na maior..." Eu tenho orgulho de dizer, Rubem – e você, a CEB e os companheiros que são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	33

trabalhadores podem se orgulhar disto –, que o Pôr do Sol é mais iluminado do que o Lago Sul. A iluminação do Pôr do Sol é melhor do que a iluminação do Lago Sul. Ele ainda falou: “Agora eu pago com prazer. Agora eu tenho prazer em pagar. Separo o meu dinheirinho e pago com prazer”.

Com o trabalho que a CEB está fazendo, que é um programa da Eletrobrás... Vocês legalizaram a CEB hoje e estão podendo aplicar aqui o Cidadania com Energia. Só quem vai às entregas de geladeiras... Eu tenho feito questão de ir a todas. Só houve uma a que eu não fui, porque eu não estava em Brasília, eu estava na Bahia. Quem não conhece a realidade dura do Distrito Federal pode ir àquelas distribuições de geladeiras, que verá ali estampado o retrato da miséria. Na primeira entrega que foi feita lá no Itapoã, eu fiz questão de ir junto com o Rubem e com o governador levar a geladeira lá dentro da casa de uma mulher e pegar a geladeira velha. Na casa, só havia um cômodo, um único cômodo. A geladeira velha ficava lá no canto e fazia mais barulho do que um helicóptero. O barulho daquela geladeira velha era porque ela era de 1930. Parece que eles adaptaram a geladeira a querosene para economizar energia. Aí, ela não gerava nada. Colocavam os alimentos lá dentro. Rubens, nós vimos geladeiras que eram verdadeiros depósitos de bactérias. Tanta coisa horrorosa! Há geladeiras que fedem. Aí, quando aquelas pessoas levam aquela carcaça velha e pegam a nova, nós vemos estampada satisfação nos olhos delas. Aquilo é cidadania. Ainda mais, sabendo que elas vão pagar menos. Com as lâmpadas que elas recebem, elas vão pagar menos, vão economizar, e vai sobrar dinheiro para comprar uma dúzia de ovos para fazer uma farofa.

Eu sou sindicalista e nunca fiz protesto jogando ovo em ninguém, porque eu sei da importância que tem uma farofa de ovo para quem não tem o que comer. Quando alguém vinha me chamar, eu dizia: jogando ovo, não! Se quiser, joga qualquer bagulho. Ovo, não! O ovo é para fazer farofa, ovo é para se alimentar.

O Paim veio me chamar uma vez para fazer greve de fome no plenário do Congresso. Eu falei: “Paim, eu já passei tanta fome na minha vida, agora que eu adquirir o dinheiro para pagar o meu almoço, você acha que eu vou fazer greve de fome? Se você quiser que a gente invada o Palácio do Planalto agora e tire o Presidente Collor, no tapa, na unha, eu vou. Mas fazer greve de fome, não. Na hora que eu posso comer, você quer me privar?”

Eu gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares que passaram por aqui – a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Agaciel Maia, o Deputado Raad Massouh – e da Simone, do Rubem, do Dr. Paulo Roberto do Banco de Brasília, do sindicalista Jeová, do Francisco e de todos vocês que vieram e colaboram para que tivéssemos uma tarde tão produtiva.

Eu sempre digo que muitas vezes uma ação do parlamento, fazendo um debate importante como este, é tão ou mais importante que determinadas leis que a gente aprova.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   05   2013	15h	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	34

Eu fiquei particularmente muito feliz com a participação de vocês, com a disposição em ajudar para que esse projeto tramite. Isso vai nos ajudar a quebrar as barreiras para que a gente aprove esse projeto, porque somos pessoas que temos o mesmo pensamento com relação à importância das empresas estratégicas serem públicas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente comissão geral.

Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h46min.)